



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



TITULO: Extensão Universitária, Economia Solidária e Desenvolvimento Local:

A ITES-UFBA: Incubadora Tecnológica da Universidade Federal da Bahia

EJE: Ciencia, Tecnología y Sociedad

AUTORES: Hugo Palma Coelho

REFERENCIA INSTITUCIONAL:

CONTACTOS: Hugo_palma@yahoo.com / (+351 – 969 350 295)

RESUMEN

No presente artigo apresenta-se um programa inovador de extensão universitária direccionado para o apoio e fomento a empreendimentos e experiências de Economia Solidária que visam promover a criação de emprego, a coesão social, o empowerment e o desenvolvimento local de comunidades altamente vulneráveis.

Através da extensão universitária, de concepção social e académica, a actuação da incubadora universitária da Universidade Federal da Bahia (UFBA), tem tido fulcral importância no reforço e expansão da Economia Solidária; na inovação e produção de Tecnologia Social (através da relação entre Ciência, Tecnologia, Sociedade e Inovação) e; no combate ao desemprego e exclusão social através de modelos de desenvolvimento territorial alternativos.

A incubadora universitária ITES/UFBA, devido ao carácter inovador e diferencial da sua metodologia de incubação de redes locais de economia solidária em comunidades de alto grau de exclusão social no Estado da Bahia – Brasil, apresenta novas perspectivas e rumos para a extensão e praxis universitária, integrando de forma socialmente responsável nas suas actividades as 3 funções da Universidade (ensino, investigação e extensão), orientando-as para a solução de problemas sociais, contribuindo para a reflexão e elaboração de políticas publicas de desenvolvimento local a partir da óptica da Economia Solidária.

Conceitos – chave: Extensão Universitária; Incubadoras Universitárias; Economia Solidária; Desenvolvimento Local, Tecnologia Social.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



1. Introdução

O presente artigo é resultado de uma de uma tese de mestrado no ISCTE-IUL (Lisboa, Portugal) com investigação empírica realizada entre Março e Abril de 2010, junto da Universidade Federal da Bahia e da ITES / UFBA ¹ no Brasil.

Pretende-se neste artigo apresentar e caracterizar a Extensão Universitária enquanto estudo de caso, tomando como referência a ITES/UFBA e analisando-a a partir das suas experiências práticas, da sua metodologia de incubação territorial, discutindo-se como a incubadora universitária da UFBA através da óptica da economia solidária (EcoSol) assume-se como uma estratégia inovadora de promoção de Desenvolvimento Local (DL).

Inicialmente o artigo procura situar a temática das Incubadoras Universitárias nos dias de hoje, em especial as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) diferenciando-as das incubadoras empresariais. De seguida faz-se um enquadramento da ITES/UFBA, apresentando o tipo de extensão universitária, as suas especificidades e modos de articulação com os destinatários dos projectos. Apresenta-se ainda a metodologia de incubação da ITES / UFBA e os elementos que a distinguem das ITCPs.

Apresentam-se ainda de forma breve alguns dos resultados da investigação feita, para finalmente, apontar-se alguns contributos tendo em vista a afirmação da Economia Solidária e a promoção da reflexão, do debate e de estratégias alternativas para o DL, nomeadamente, o contributo da Universidade junto de comunidades com alto grau de exclusão e vulnerabilidade social e económica, principalmente, quando estas tenham perdido a sua capacidade de organização e de mobilização colectiva.

2. A extensão Universitária e a Incubação Universitária

No actual contexto de crise torna-se necessária encontrar novos rumos e soluções para problemas que estão a abalar a estabilidade económica, política, social e civilizacional de vários países europeus. A urgente busca de respostas para o crescente desemprego,

¹ ITES/UFBA – Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia. A ITES é uma prática de extensão universitária e está sediada na Escola de Administração da UFBA. A investigação realizada estruturou-se a partir de entrevistas a titulares de órgãos de gestão de Extensão universitária da UFBA e a partir da análise e estudo de 2 projectos da ITES em duas comunidades do Estado da Bahia: Cairu e Matarandiba. Para tal, como principais ferramentas de pesquisa, recorreu-se essencialmente a uma metodologia qualitativa, a análise de discursos em entrevistas a pró-reitores de extensão da UFBA, a estudantes e ao coordenador da ITES/UFBA, aos moradores das comunidades “incubadas”, bem como, a realização de visitas aos projectos extensionistas suportada com análise documental dos projectos. Para mais informação ver o site da incubadora www.ites.ufba.br



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



precariedade do trabalho, do aumento da pobreza, exclusão social, entre outros flagelos, precisa de estar na agenda de ensino, de investigação e de extensão das Universidades. Para tal, é necessária uma maior articulação da universidade com a sociedade.

Assim, pretende-se demonstrar como a Universidade através da extensão universitária, pode desempenhar um contributo importante para processos e dinâmicas de desenvolvimento local, principalmente através das suas incubadoras universitárias e da articulação que estabelecem com organizações da Economia Social e Solidária e com indivíduos oriundos de comunidades com alto grau de exclusão social. Como destaca França Filho e Cunha (2009: 726) este tipo de incubação constitui uma das maiores inovações no domínio da extensão universitária:

“A incubação tecnológica de empreendimentos de economia solidária, mais conhecida devido à experiência das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), constitui uma das maiores inovações introduzidas no âmbito da extensão universitária brasileira nos últimos anos.”

Para se melhor perceber o conceito de incubação, cabe antes explicitar o conceito de incubação universitária e distinguir os diferentes modelos de incubação existentes. Assim, recorremo-nos do contexto hospitalar e das incubadoras de recém-nascidos, que servem para apoiar o crescimento e o desenvolvimento de recém-nascidos em estado de saúde fragilizado devido ao seu nascimento prematuro. As incubadoras hospitalares visam criar as condições óptimas e necessárias para que os recém-nascidos possam crescer num ambiente mais protegido e seguro, diminuindo assim, a taxa de mortalidade infantil.

Fazendo o paralelismo com as incubadoras empresariais, públicas e universitárias, também estas foram pensadas para apoiar o crescimento e o desenvolvimento de empresas ou organizações recém-criadas, de empreendedores individuais ou colectivos que constituíram recentemente negócio, ou ainda, para apoiar entidades que se encontrem num estado frágil quanto à sua sustentabilidade e crescimento.

Neste ambiente de incubação estas entidades têm acesso facilitado e privilegiado a recursos (humanos, financeiros, logísticos, etc.), à obtenção de sinergias e parcerias, a assessoria técnica e científica, serviços de gestão, comunicação, consultoria, jurídicos, etc.

Desta forma as incubadoras têm como objectivo fortalecer e proporcionar às iniciativas incubadas um crescimento mais sustentável e um maior tempo de existência.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



No universo da incubação, a primeira modalidade de incubadoras a surgir (e também a mais disseminada) foram as incubadoras empresariais, conhecidas como “ninhos de empresas”. Neste tipo de incubação privilegia-se pequenas empresas, micro-empresários, empreendedores, ou entidades provenientes do sector empresarial ou da indústria.

Existem ainda outro tipo de incubadoras – as incubadoras públicas – que geralmente são entidades governamentais ou entidades autárquicas ou municipais que promovem este tipo de incubação. Este tipo de incubação é direccionado quer para organizações sem fins lucrativos como também para o sector empresarial. No Brasil estas incubadoras públicas, encontram-se normalmente sedeadas em centros públicos de economia solidária de alguns governos municipais e estaduais brasileiros.

As universidades com o objectivo de realizarem uma aproximação com as empresas e de descentralizarem e disseminarem o desenvolvimento tecnológico por elas produzido, criaram também no seu seio incubadoras orientadas para o sector empresarial.

A entidade promotora passar a ser neste caso as universidades (e não entidades privadas ou públicas) que criam espaços para abrigar empresas oferecendo-lhes uma estrutura para estimular, agilizar, ou favorecer a transferência de resultados de investigação para actividades produtivas, para que as empresas estejam melhor preparadas para enfrentarem a competição do mercado (França Filho, Cunha, 2009: 727).

Este tipo de incubação universitária privilegia a inserção competitiva no mercado de trabalho destinatários que tem como finalidade a criação de empresas. A título de exemplo, destacamos a experiência das *spin-offs* da Universidade do Minho ².

Nestes tipos de incubação universitária, a universidade tem direccionado a sua actuação, esforços e agenda científica para segmentos empresariais (os que detêm capacidade de financiar, pressionar e aceder à Universidade) em detrimento de outros segmentos da sociedade (tais como a sociedade civil, grupos populares ou excluídos, cidadãos individuais, comunidades com alto grau de exclusão, etc.) que tradicionalmente não têm sido prioritizados nas suas agendas de ensino, de investigação e de extensão.

Segundo Santos (1994 e 2008) sempre que eram dados passos no sentido da abertura da universidade ao exterior, a instituição era alvo de fortes críticas, o que conduziu a que

² Incubação universitária que transforma os resultados da investigação e inovação produzidos pela Universidade em novas oportunidades de negócio apoiando a criação de empresas tecnológicas por parte de estudantes, professores e investigadores, passando estes a usufruir durante a fase de incubação, de um conjunto de serviços, infra-estruturas e apoios concedidas pela sua universidade de origem. Para mais informação ver: www.tecminho.uminho.pt/showPage.php?url=emp_spinoffsum.html&zid=255



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



muitos dos programas orientados para a minoração dos problemas sociais fossem cancelados e as iniciativas sendo reduzidas às ligações com a indústria.

Por conseguinte, as práticas extensionistas não têm vindo a privilegiar vínculos sociais e comunitários, mas tem servido como uma via de captação de recursos e financiamentos externos de forma colmatar os cortes e o desinvestimento do Estado na Universidade. Na mesma linha de pensamento, Novaes (s.a.) critica o reduzido papel da Universidade na construção de uma sociedade para além do capital e aponta a inexistência de uma política científica e tecnológica comprometida com os interesses dos “dominados”, política essa que segundo o autor incide na neutralidade da ciência e no determinismo tecnológico ainda vigente nas universidades públicas.

Como proposta, o autor refere que deve mudar-se a rota de pesquisa tecnológica tendo em vista o desenvolvimento de tecnologias apropriadas e adequadas aos mais diversos contextos ecológicos, culturais e socioeconómicos, oferecendo uma base cognitiva que os movimentos sociais necessitam.

Dentro deste paradigma de praxis universitária, insere-se a incubação universitária no campo da economia solidária, em franca expansão no Brasil principalmente nas universidades públicas, surgindo a primeira experiência na década de 90, existindo hoje em mais de 130 universidades e com mais de 300 experiências (França Filho, Cunha, 2009).

Este tipo de incubação universitária é realizado por alunos, professores e investigadores, através de programas de extensão (promovidos por Pró-Reitorias e núcleos de extensão ou pelas mais diversas Faculdades) tendo como destinatários populações e organizações populares e de Economia Solidária.

Estas incubadoras reforçam e disseminam os conceitos de Economia Solidária (EcoSol), de cidadania, de auto-gestão, de cooperativismo, de democracia participativa, etc., enriquecendo e ampliando as experiências trazidas para dentro da Universidade, criando novas ferramentas de gestão e novos conhecimentos de base tecnológico apropriados a realidades específicas de organizações comunitárias.

Devido a estas especificidades, este tipo de incubação universitária é distinta da incubação empresarial que se dirige a organizações empresariais. Assim, a incubação universitária de empreendimentos populares dirige o desenvolvimento da investigação e da ciência para o trabalho ou a sociedade, invertendo uma lógica tradicional de investimento direccionado ao mercado (a ciência direccionada para a tecnologia empresarial).

Na figura abaixo apresenta-se os vários modelos de incubação, nomeadamente o de

tipo de incubação de empreendimentos populares, onde se destaca o movimento das ITCP (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) e a ITES/UFBA:

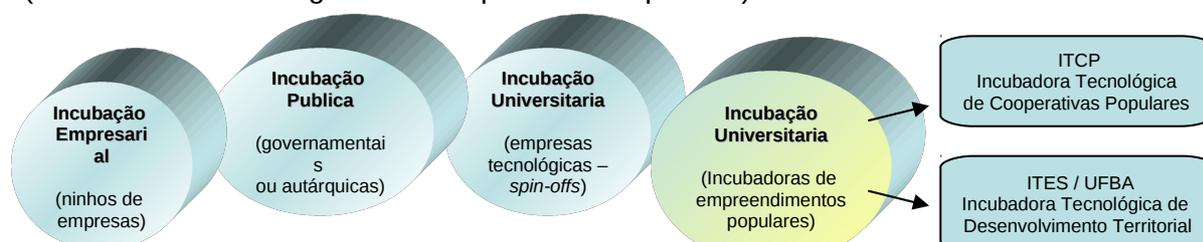


Fig. 1 – Modelos de incubação e de incubação de empreendimentos de EcoSol. Fonte: elaboração própria

Sinteticamente, enumeramos algumas das diferenças entre incubação empresarial e incubação universitária de empreendimentos populares, relativamente aos:

- **Destinatários** > indivíduos ou organizações populares (associações, cooperativas, ONG,...) em territórios com alta vulnerabilidade e exclusão social
- **Fins** > desenvolvimento de pesquisa tecnológica (tecnologia social) para fins sociais
- **Encargos** > iniciativas isentas de taxas e *royalties* (direitos de propriedade intelectual)
- **Localização** > iniciativas situadas fora das instalações das incubadoras
- **Actuação** > ênfase em processos comunitários, democráticos e de auto-gestão

Debrucemo-nos primeiro sobre as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) para posteriormente apresentarmos a ITES / UFBA, que sendo uma ITCP distingue-se essencialmente pela sua distinta metodologia de incubação.

As ITCPs são programas de extensão universitária que baseiam as suas actividades nos princípios do cooperativismo no âmbito da EcoSol, dirigindo-se exclusivamente a indivíduos ou organizações populares em territórios com alta exclusão social.

As ITCPs são organizações de disseminação de Extensão Universitária voltadas para a Economia Solidária. A maioria das incubadoras (63%) estão vinculadas a Pró-Reitorias de Extensão ou estruturas similares nas Universidades, 22% estão vinculadas a departamentos e a faculdades, 9% a núcleos/institutos e centros de pesquisa e os restantes 6% a programas de pós-graduação. As equipas técnicas são formadas maioritariamente por estudantes (63%) e por professores (23%) da graduação; estudantes (9%) e professores (3%) da pós-graduação e os restantes 2% são assistentes administrativos. Estes provêm de várias áreas das ciências sociais e humanas, com destaque para gestão, economia, serviço social, psicologia e educação. (PRONINC, 2007).



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



As ITCPs por norma incubam cooperativas populares ou empreendimentos de economia solidária de forma isolada e não articulada entre os EES incubados. Segundo o PRONINC³ os destinatários da incubação são na sua maioria grupos informais (45%), Cooperativas (38%), associações (14%), micro-empresas auto-gestionárias (1%) e apenas 2% são redes ou estruturas similares.

Destaca-se agora as principais convergências e diferenças entre as ITCP e a ITES:

Ambas são programas de extensão universitária, baseando-se as suas actividades nos princípios da EcoSol, dirigindo-se exclusivamente a indivíduos ou organizações populares em territórios com alta vulnerabilidade e exclusão social, contribuindo para tirar muitos deles da informalidade e da precariedade.

O que difere a ITCP da ITES é essencialmente a metodologia de incubação. As ITCP “incubam” os empreendimentos (cooperativas, associações, experiências, etc.) de forma isolada e não articulada, vivenciando estes as mesmas dificuldades que as micro e pequenas empresas quando competem no mercado, ocorrendo uma taxa elevada de mortalidade nos primeiros anos de existência.

Já a metodologia da ITES / UFBA pretende dirimir algumas destas dificuldades ao priorizar a “incubação” de um território ou de uma comunidade através da criação de redes locais de economia solidária. Por outras palavras, a ITES/UFBA visa a promoção do Desenvolvimento Local, através do apoio ao processo de auto-organização e reorganização das economias locais, bem como, apoio na criação e gestão por parte comunidade de Empreendimentos de EcoSol que formarão a rede local.

Desta forma a ITES/ UFBA visa a criação de emprego e actividade económica com os recursos locais existentes apoiando o desenvolvimento da comunidade/território incubado.

A ITES /UFBA tal como as ITCPs, é incubadora universitária que actua no campo da economia solidária, sendo uma organização de segundo nível no tipo de actores, categoria que reúne as entidades de apoio e de fomento (França Filho, 2007) que se dedicam à assessoria dos empreendimentos económicos solidários (EES).

O papel das entidades de apoio e fomento da Economia Solidária é fortemente marcado pelo carácter de mediação social e são co-responsáveis, ao menos temporariamente, do processo de gestão dos EES, com vista à consolidação da sua sustentabilidade e perenidade.

Apresentamos agora de forma sintética o conceito de Economia Solidária (EcoSol)

³ Fonte: site Proninc (acesso a 6.8.10) – dados relativos a 2005



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



que surgiu na década de 90 na França, detendo no entanto, uma herança histórica e afinidade com a Economia Social que surgiu na Europa no séc. XIX.

A EcoSol assume várias perspectivas e correntes⁴ que variam segundo os autores e os espaços geográficos, e expressa-se numa grande diversidade como um projecto de: (1) construção de um modelo alternativo ou diferenciado do capitalismo como resposta ao individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento económico predominante nas sociedades de mercado; (2) busca de novas relações e articulações sociais, económicas e políticas visando a transformação social através da mobilização da sociedade civil; (3) economia plural através hibridação das iniciativas, entre as economias pública e privada; (4) uma utopia experimental de novas formas de sociabilidade e vivência de valores de harmonização pessoal com o universo e com os outros; (5) novas formas de organização do trabalho (auto-gestão) via a junção da dicotomia produção/gestão como forma de combater o desemprego, a exclusão social e a degradação ambiental; (6) orientação e efectivação por parte de públicos excluídos ou margem do mercado e da sociedade; entre outras.

Todas estas visões encontram um ponto comum no estabelecimento de uma acção e produção colectiva tendo por base a solidariedade, a reciprocidade e a cooperação.⁵

A EcoSol tem actualmente obtido relevância devido às insuficiências e ineficiências que se manifestam quer no plano económico com a actual crise, quer no plano político devido à deterioração do Estado Social e com a participação decrescente na democracia representativa e, quer no plano social com o aumento dos cortes em políticas sociais que se têm traduzido numa maior desigualdade, pobreza e deterioração da qualidade de vida.

Recorremo-nos de França Filho (2007) para apresentar umas das correntes da EcoSol (a Francófona). Segundo o autor a EcoSol apresenta-se como um fundamento de uma outra economia, que combina lógicas económicas diferentes, ou seja, uma economia plural, isto é, com uma pluralidade e convivência de formas diferentes de produzir e distribuir riquezas:

- a) uma economia mercantil: fundada no princípio do mercado autoregulado.
- b) uma economia não mercantil: fundada no princípio da redistribuição.
- c) uma economia não monetária: fundada no princípio da reciprocidade

Outro conceito também associado ao movimento da economia solidária e ao das

⁴ Segundo Rogério Roque Amaro existem 3 grandes correntes: a Francófona (nos quais se destaca Jean Laville), o modelo Ibero-Americano (Paul Singer) e a Camaronésia (Roque Amaro).

⁵ Dada a pertinência e a riqueza do tema recomenda-se uma leitura mais aprofundada das seguintes publicações: Laville, et al. (org.) (2004), sobre a Ecosol na Europa; Laville e Gaiger (2009) sobre os princípios da EcoSol e a sua contextualização histórica e; França Filho e Laville (2004) abordam a EcoSol numa perspectiva internacional inumerando o conjunto rico de iniciativas que compõem o campo da EcoSol.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



ITCPs no Brasil, é o de tecnologia social, que tem como elemento central a “adequação sócio-técnica” (Dagnino *et al*, 2004: 51 e segs). Ainda de acordo com os autores a TS é em si mesma um processo de construção social e, portanto, político (e não apenas um produto), desenvolvido no lugar onde essa tecnologia vai ser utilizada, pelos actores que vão utilizá-la. Ocorre no domínio da incubação universitária, a produção de um novo tipo de conhecimento e de tecnologia social (diferente da tecnologia convencional) que se apresenta como uma alternativa capaz de proporcionar sustentabilidade económica aos empreendimentos autogestionários e de economia solidária (Dagnino *et al*, 2004: 60).

Lassance e Pedreira (2004: 66) referem que por norma as TS têm dimensão local e aplicam-se a pessoas, famílias, cooperativas e associações. Apresentam-na como um “conjunto de técnicas e procedimentos, associados a formas de organização coletiva, que representam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida”.

3. A Extensão Universitária praticada pela ITES/UFBA

A ITES/UFBA é uma prática de extensão universitária que contribui na produção colectiva de tecnologia social para a criação de trabalho, de actividade económica e a sua proposta de incubação é feita a partir de uma relação de dialogismo e de interacção entre actores da Universidade (professores, técnicos e estudantes) e sujeitos sociais de contextos territoriais específicos (moradores, profissionais, lideranças comunitárias, representantes dos poderes públicos e outras instituições locais).

Em 2005 nasce a ITES / UFBA, localizada na Escola da Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e com vínculos com o Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS) e com a Pró-Reitoria de Extensão da UFBA.

No início a incubadora era composta por 5 pessoas e actualmente conta com mais de 30 pessoas (1 coordenador geral e 1 coordenador executivo que são ambos professores, 3 técnicos administrativos, 4 coordenadores e cerca de 21 estudantes bolsistas na sua maioria provenientes do curso de Gestão) envolvidas em 4 projectos em fase de incubação, situados em contextos e realidades distintas (o Eco-Luzia em Santa Luzia, periferia de Salvador; o EcoSamper na favela de Saramandaia em Salvador; o Ecosmar ⁶ numa vila rural; e o projecto Renascer em Cairu - uma ex-cidade colonial a 150 km de Salvador).

⁶ O projecto Ecosmar em Matarandiba foi distinguido com a distinção na categoria de Promoção do Bem-estar e Humano do 5º Prémio Top Social atribuído pela empresa DOW Química Brasil.



A incubadora universitária contribui para algumas das questões prioritárias da sociedade, apontando alternativas e caminhos alternativos de desenvolvimento (local e regional) via a emancipação das pessoas (a nível individual e colectivo); a reorganização da actividade económica do local assente na transversalidade e articulação de múltiplas dimensões e; o término da reprodução dos ciclos de pobreza a partir do apoio à organização, articulação e desenvolvimento de iniciativas (económicas, sociais, políticas, etc.) de base colectiva e de índole comunitária.

O seguinte quadro foi construído a partir da análise ao tipo de extensão efectuada pela ITES e tendo em conta os depoimentos dos seus protagonistas: professor e coordenador, estudantes e moradores dos territórios “incubados”:

Concepções	Principais Funções	Articulação	Tipos de Acção
Social e Académica	1. Articulação entre a Universidade e Sociedade	<i>Via de mão-dupla</i>	Projectos
	2. Cumprir a missão social da Universidade	Linhas de Acção	
	3. Articulação do ensino	Processual- orgânica	Canais
	4. Articulação da pesquisa	Duração	Formal
	5. Promoção da interdisciplinaridade	Permanente	Informal

Fig. 2 – Caracterização da extensão da ITES - Fonte: elaboração própria

A concepção social académica caracteriza-se por ser socialmente responsável e por ser a melhor que serve os propósitos de um processo de DL (Coelho, 2010).

Segundo Jezine (2004) esta concepção interliga as funções de ensino e de investigação, ao articular a formação e a qualificação profissionais dos estudantes com valores de cidadania, de solidariedade e de desenvolvimento humano integral, e simultaneamente, orientar a investigação para a resolução de problemas sociais, alinhada a modelos e processos de desenvolvimento através da construção social do conhecimento. Assenta ainda, na fertilização da organização política, da autonomia e do *empowerment* de grupos excluídos, especialmente por apoiar a superação de obstáculos estruturais e contextuais característicos nestes grupos levando-os a perderem a sua autonomia e as suas capacidades de organização e articulação colectiva.

A interdisciplinaridade está presente estando envolvidos estudantes de Gestão, Comunicação, Informática, Agronomia e Secretariado. Existe ainda a convivência entre estudantes da graduação e da pós-graduação (mestrado) nos projectos extensionistas.

As actividades extensionistas da ITES têm uma duração permanente. O facto de as



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



equipas estarem permanentemente na comunidade facilita a construção de uma relação próxima, afectiva e baseada na confiança entre os estudantes e os moradores.

As actividades são maioritariamente desenvolvidas em projectos e estes surgem via canais formais (a abordagem é feita a nível institucional, por exemplo junto de órgãos competentes como a Pró-Reitoria de Extensão da UFBA) e informais (feita ao nível pessoal e segundo relacionamentos existentes por exemplo com o coordenador da ITES) e têm ainda presentes no processo formativo (ensino) a produção de conhecimento (investigação) ou seja, caracterizam-se por ter uma linha de acção processual-orgânica.

A articulação com o ensino e com a pesquisa manifesta-se na possibilidade de todos os envolvidos em reflectir, vivenciar e solidificar os pressupostos e os fundamentos teóricos de Ecosol, de DL, de auto-gestão, de solidariedade, de cooperativismo e de associativismo.

A imersão na realidade, ou seja, dos conceitos teóricos para a prática, permite apreender e testar os mesmos reproduzindo novos conhecimentos e aperfeiçoando metodologias e tecnologias sociais, como a título de exemplo, a construção conjunta dos estudantes da UFBA com os moradores das comunidades, de Bancos Comunitários de Desenvolvimento e de Fóruns de Desenvolvimento Comunitário ⁷.

No que caracteriza o tipo de articulação de via de mão-dupla, é incentivada a participação das agentes locais (moradores activos em associações ou empreendimentos comunitários) e a relação baseia-se num diálogo e de aprendizagem constante entre ambas as partes, baseada numa relação *win-win*, aproximando-se muito do conceito de “comunicação” utilizado por Freire (1977) e o conceito de “ecologia de saberes” de Santos (2008) pois entre os membros da incubadora e da comunidade estabelecem-se interacções baseadas no diálogo, reciprocidade e reflexão-acção para a transformação da realidade. Assim, ambos os pólos (Universidade & ITES e as diferentes comunidades) saem beneficiados de um processo de aprendizagem que é mutuamente recíproco, sem que nenhuma das partes se aproprie ou se imponha à outra na articulação que estabelecem.

Nesta direcção, Thiollent (2002) refere que a extensão deve ter uma preocupação de contribuir na “construção social do conhecimento”, levando a que os projectos extensionistas adquirem uma maior adequação a objectivos de transformação social, com o recurso a metodologias participativas (como por exemplo a pesquisa-acção entre outras) com a incorporação de outras dimensões associadas como o espírito crítico, a reflexividade e o

⁷ Sobre a temática dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento sugere-se a leitura de Ósia Passos (2007) e a importância do Fórum de Desenvolvimento Comunitário veja-se França Filho (2007).



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



propósito emancipatório que devem orientar os projectos extensionistas. Nas palavras do autor, bons projectos de extensão são aqueles que geram ganhos de conhecimento e de experiencia para todos os participantes, com base no ciclo relacionando acção e reflexão, incitando estes a construir um conhecimento próprio.

A ITES / UFBA personifica um exemplo da ruptura de uma universidade tradicional ou funcional, orientada exclusivamente para o mercado ou para as expectativas e necessidades que grupos de interesse detêm sobre ela. Veja-se o depoimento do coordenador geral da ITES, o professor Genauto França Filho:

“ A extensão é importante para a Universidade na sua relação com a sociedade, sobretudo dentro de um viés emancipatório, devendo a extensão contribuir para a transformação da sociedade. Com a extensão e a EcoSol, a Universidade claramente se apresenta como uma contribuição para os segmentos mais desfavorecidos da sociedade. (...) O problema da reprodução dos ciclos de pobreza nos bairros não está tanto nos recursos, mas na dificuldade de se organizarem e de terem iniciativas colectivas e com perenidade.”

A extensão da ITES/UFBA, enquadra-se nalguns dos eixos temáticos⁸ defendidos no anterior Congresso Ibero-Americano de Extensão Universitária:

A incubadora fomenta a realização de práticas integrais, articulando as 3 funções universitárias e abordagens interdisciplinares dos objectos de estudo com a interacção entre os distintos saberes. Exemplo disso, é a ampliação e enriquecimento das actividades de ensino e de investigação, e a relação existentes entre teoria e prática de conceitos como EcoSol, DL, Cooperativismo, Tecnologia Social, etc; para além desta articulação propiciar uma re-produção, re-actualização e re-valorização do conhecimento.

Através das suas práticas comunitárias que estabelece em conjunto com as populações em distintos níveis de organização e os seus territórios, insere-se no contexto e nas dinâmicas da sociedade e dos territorios, bem como, interage com novos tipos de formas de organização social característica dos movimentos sociais. A ITES concretiza a missão social da Universidade aliada a uma acção transformadora dando resposta a necessidades de organizações e de públicos-alvo que se situam à margem da Universidade.

⁸ O X Congresso Ibero-Americano realizado em Montevideo no Uruguai, de 5 a 8 de Outubro de 2009, teve 5 eixos temáticos à discussão e reflexão dos participantes. A actuação da ITES / UFBA enquadra-se no seguintes três eixos temáticos: (1) Práticas Integrais: Articulação da Investigação, Ensino e Extensão; (2) Extensão, Sociedade e Território; e (3) Extensão e Movimentos Sociais.

Os restantes dois eixos abordados foram: (4) visão latinoamericana de extensão e (5) Formação: formação em extensão, formação de formadores.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



4. O Desenvolvimento Local a partir das redes locais de Economia Solidária

Moura e Meira (sa) distinguem duas abordagens de Desenvolvimento Local (DL): a competitiva (centrada na inserção competitiva no mercado de uma região através de acções dirigidas preferencialmente a médias e grandes empresas) e a social (centrada na problemática da exclusão social com enfoque em pequenos empreendimentos e segmentos que se situam à margem do mercado). Para as autoras, a última abordagem assenta na construção de um modelo alternativo que implique a redefinição de conceitos e práticas económicas, tal como acontece com a perspectiva de Desenvolvimento Local para a ITES.

Assim, a base conceptual de DL está pensada a partir da óptica e princípios da Economia Solidária, onde a dimensão mercantil não ocupe a centralidade, reconhecendo e valorizando modos diferentes e alternativos do funcionamento económico e assente em pequenos empreendimentos solidários. Este propósito é materializado através das redes locais de economia solidária, que podem ser vistas como uma estratégia complexa de cooperação para o DL. Por outras palavras, na ITES o processo de DL assenta na “reorganização das economias locais”, cujos princípios de solidariedade e sustentabilidade sejam estruturantes na criação de redes de economia solidária. França Filho (2008) denomina este processo de a “via sustentável-solidária no desenvolvimento local”.

A via sustentável-solidária busca novas formas de regulação das actividades económico-sociais, defendendo um paradigma de desenvolvimento e emancipação (*empowerment* individual e colectivo) que se assemelha ao defendido por Amaro (2009) ⁹.

Esta concepção sustentável-solidária enfatiza a importância dos territórios e a sua capacidade de serem sustentáveis, destacando “a valorização de soluções endógenas a partir da ideia de que todo o local, bairro, ou comunidade, por mais pobre que seja, pode ser portador de soluções para os seus próprios problemas” (França Filho, 2008: 223-224), buscando-se as soluções no próprio local sendo os moradores destas comunidades a buscar soluções para as necessidades e problemas locais por eles identificados.

De acordo com o autor, esta via opõe-se ao modelo tradicional de combate à pobreza, ao desemprego e criação de actividade económica – a “via insercional-competitiva”- na medida em que a via sustentável-solidária prioriza o território (comunidade) ao mercado,

⁹ Amaro (2009: 108) define o Desenvolvimento Local como: “ O processo de satisfação de necessidades e melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas.”



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



realça as soluções colectivas em vez das individuais, valoriza os recursos locais em detrimento dos recursos externos.

As redes de economia solidária envolvem iniciativas associativistas, cooperativistas e moradores de um território e possibilitam a construção conjunta da oferta e da procura em função das necessidades reais locais. Isto é, a construção dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) ¹⁰ que vão fazer parte da rede (a oferta) são constituídos e geridos pela comunidade de forma a responderem a necessidades do local (a procura).

Uma rede de economia solidária significa:

“ uma associação ou articulação de vários empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária com vistas a constituição de um circuito próprio de relações económicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos. São dois os principais objetivos de uma rede de tal natureza:

- permitir a sustentabilidade dos empreendimentos/iniciativas de ec. solidária em particular;
- fortalecer o potencial endógeno de um território na sua capacidade de promoção do seu próprio processo de desenvolvimento.” (França Filho, 2008: 224)

Esta nova forma de regulação económico-social, visa garantir a sustentabilidade e perenidade dos EES, que por norma debatem-se com diversos problemas que originam uma elevada taxa de mortalidade nos seus primeiros anos de vida. Alguns dos problemas comuns destes EES são a escassez de fundo de maneio; acesso ao crédito e a tecnologia; reduzidas competências e padrões de gestão e marketing adequados a empreendimentos solidários; reduzido controle de qualidade; dificuldades de comercialização e escoamento; ambiguidade dos meios de produção; escassez de entidades de apoio logístico, técnico e financeiro e; inexistência de dispositivos legais apropriados (Moura; Meira, sa apud Armando Lisboa, 1999).

Na resolução dos problemas e da fragmentação em que os EES vivem, alguns autores (Moura e Meira, (sa); França Filho (2007) e (2008) entre outros) sugerem estratégias que articulem politicamente as redes constitutivas de EcoSol. Tal é a proposta de incubação da ITES, na medida em que apoia a constituição dos EES e desenvolvem esforços na sua articulação, reorganização e integração numa rede local.

Metodologicamente, a construção da rede faz-se com um Centro Associativo de Eco-

¹⁰ O Empreendimento Solidário é uma forma de expressão da Economia Solidária que pode assumir o formato de cooperativa, empresa auto-gestionária, rede ou outras formas de associação para produção e/ou aquisição de produtos e serviços (Moura, Meira, sa).

nomia Solidária que engloba: associação ou entidade local representativa; infocentro; banco comunitário de desenvolvimento e; um núcleo cooperativo (ver figura 2):

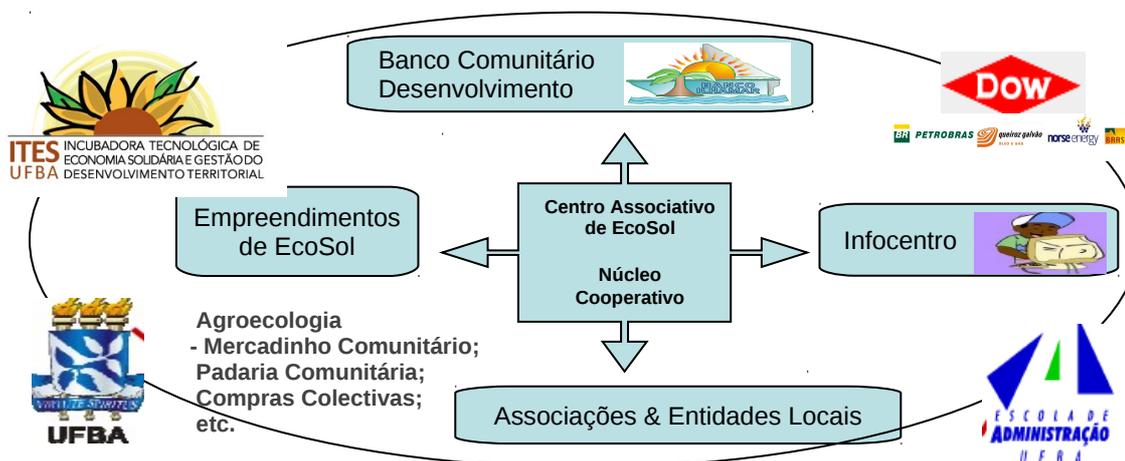


Fig. 3 – Incubação “territorial” de Redes Locais de Economia Solidária. Fonte: elaboração própria

Dois empreendimentos (EES) são de notória importância no funcionamento da rede local: (1) o banco comunitário de desenvolvimento que dinamiza a dimensão socioeconómica no local através da oferta de créditos para consumo e produção individual ou colectiva a baixos juros e (2) o fórum de desenvolvimento comunitário que dinamiza a dimensão sociopolítica. Este fórum é um mecanismo de democracia participativa, sendo um espaço público de discussão conjunta e colectivamente dos rumos e estratégias locais onde se reúnem os mais importantes segmentos da comunidade (escola, pescadores, comerciantes, prefeitura, quadrantes religiosos, etc.).

A actuação da incubadora pretende fortalecer o tecido socioeconómico com a criação de iniciativas colectivas e comunitárias de organização política (via fortalecimento do associativismo local); de coesão social (via fortalecimento dos laços de solidariedade entre os moradores); de afirmação cultural (via resgate das tradições e memórias da sua própria história); de sustentabilidade ambiental (preservando o ecossistema local); de dimensão educativa e formativa (via emancipação, *empowerment*, processos de auto-gestão,...); e de gestão do conhecimento (via apropriação de novas tecnologias de informação).

A suportar a criação da rede existe um tripé que consiste nos financiadores (empresas ou consórcios de empresas geralmente a operar nas imediações do local), na Universidade com os estudantes e professores a apoiarem todo o processo de incubação e por último, a comunidade. Segundo José Mário Silva, presidente da Ass. Comunitária de Matarandiba:



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



“ É um tripé que deu certo: a Dow Brasil com o dinheiro para o projecto, a UFBA com a equipa e a comunidade que conhece o local e que tem as ideias e sabe o que precisa mas não sabia como pôr em prática de uma forma estruturada e organizada. O apoio da UFBA ajudou a consolidar e a estruturar as ideias já existentes. Em 3 anos não imaginava que se construísse isto tudo. É muita mudança estrutural e cultural”

Conforme mais depoimentos obtidos de moradores de Matarandiba (projecto Ecosmar) e de Cairu (Projecto Renascer) com a realização dos projectos registaram-se percepções como “houve um aumento da auto-estima da comunidade”, “a aprendizagem e os benefícios são para ambos (comunidade e estudantes)”, “tem havido muita mudança e a vida melhorou para algumas pessoas da comunidade”.

Apesar de serem visíveis as mudanças um ponto que os moradores mais envolvidos e activos no projecto referem é a participação comunitária, ficando esta reduzida a parte da comunidade (e não todos os moradores) nomeadamente, os líderes e membros associativos, as lideranças carismáticas da comunidade e os agentes locais, sendo estes os mais directamente beneficiados com os projectos devido ao seu envolvimento.

A intervenção da ITES segue uma metodologia de actuação similar para todos os projectos, sendo fácil a sua replicação e adaptação mediante as necessidades específicas de cada comunidade ou características do local.

No processo de incubação ¹¹ ocorrem simultaneamente quatro eixos de intervenção: a formação, a pesquisa, o planeamento e a experimentação.

A formação é constante e visa minimizar os deficits educacionais do público incubado através da capacitação técnica e profissional para a gestão dos EES em rede; e formação geral em cidadania, em associativismo, em auto-gestão, etc.

A pesquisa é feita pela comunidade e visa obter um conhecimento acerca da realidade local necessário à construção da rede. É um diagnóstico do contexto socioeconómico e dos aspectos histórico-culturais do território, da produção, dos serviços e do consumo local.

O planeamento além de apontar a rede a ser criada tem também como intuito criar um planeamento estratégico de desenvolvimento local ou territorial (PEDECO).

A experimentação é a vivência e a prática de princípios, valores e procedimentos de EcoSol e fortalece o processo de formação e de apropriação por parte da comunidade:

¹¹ Sobre o desenho da intervenção da ITES veja-se França Filho e Cunha (2009).

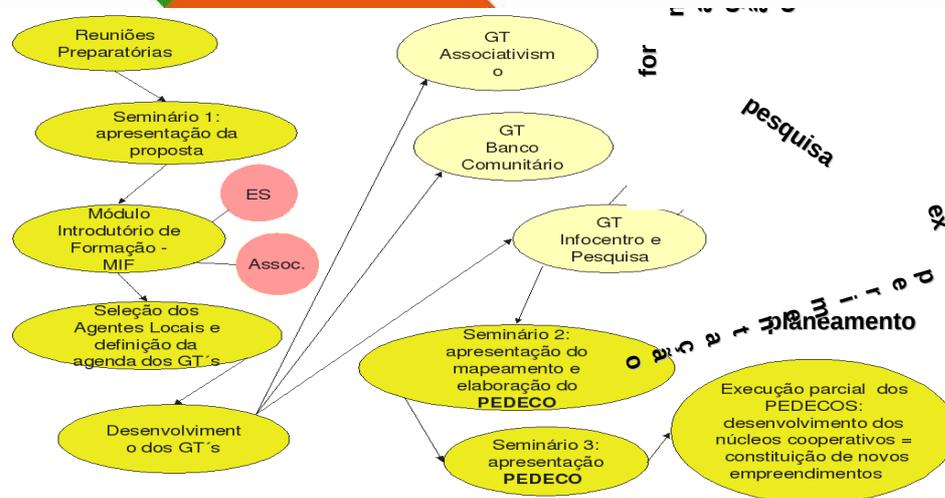


Fig. 4 – Actividades e Etapas na Incubação de Redes Locais de Economia Solidária.
Fonte: ITES / UFBA

6. Resultados

Sobre a actuação da ITES apresenta-se a avaliação dos membros da incubadora e por outro lado a percepção dos moradores de duas das comunidades “incubadas”.

Para o coordenador geral, Genauto França Filho, o impacte da ITES revela-se sobretudo ao nível da emancipação e da reorganização do local. Genauto e os estudantes alertam que dadas as fragilidades do contexto local, da própria rede local de Ecosol (que se encontra em fase embrionária) e o reduzido tempo de incubação dos projectos, a reduzida participação da maior parte dos comunidade (inicialmente a mobilização foi elevada mas tem vindo a diminuir com o passar do tempo - existe ainda muita descrença generalizada devido a fracassos sucessivos de projectos anteriores à ITES/UFBA nesses territórios, condicionando a mobilização da comunidade) assim como a falta de indicadores mesuráveis para os aspectos sociais, económicos, políticos e culturais, são obstáculos que dificultam a avaliação sobre o impacte sobre o processo de DL.

É opinião generalizada por parte dos membros da ITES de que o tempo do projecto (muitas vezes estimado segundo o financiamento disponibilizado pelos financiadores) é insuficiente. Para eles, no mínimo seriam precisos 4 anos para se proceder à “desincubação” e garantir a autonomia e a sustentabilidade da rede.

Na opinião dos agentes locais e dos moradores a avaliação da actuação da ITES é positiva, enumerando as mudanças que estiveram na origem de mais e melhores oportunidades no local. Porém ressalve-se, que na comunidade a percepção sobre a melhoria da qualidade de vida varia consoante a participação/envolvimento dos moradores



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



no projecto, ou seja, os que não estão tão activos e envolvidos tendem a criticar por não usufruírem dos benefícios do projecto.

Por parte dos agentes locais (moradores que estão a liderar os EES que compõe a rede local) existe um sentimento de que a actuação da ITES ainda é necessária e fundamental por um período maior de tempo, não se sentido ainda autónomos mas todavia dependentes do agente externo.

Conclui-se ainda que o *empowerment* dos moradores ocorre mais a um nível individual que colectivo e que o impacte tendencial na comunidade é visível, contudo é ainda insuficiente para melhorar as condições de vida de uma forma generalizada.

Para além destes aspectos, notámos que a presença da ITES originou um aumento da credibilidade e eficácia do trabalho realizado pela comunidade onde houve um aumento do financiamento por parte de empresas e outros financiadores locais, bem como, registou-se um aumento do número de parcerias e articulações com entidades locais e não locais.

Qualquer processo de DL requer muito tempo devido à existência de muitos imprevistos e contratemplos.

Refira-se que a ITES ainda não tem qualquer projecto na fase de “desincubação”, nem viveu ainda essa experiência. Tendo em conta a proposta de emancipação a que a ITES se propõe, é necessário que os projectos se renovem por períodos de tempo maiores. No entanto foi possível, identificar nos projectos muitos dos atributos definidos por Amaro (2009: 111) como necessários para um processo de DL, de tal modo, que parte dos moradores sentem as mudanças e avaliam-nas como positivas. Outra parte reconhece a existência de oportunidades no local mas ressalvam que ainda não é extensível a todos.

Mas de uma forma geral, a avaliação feita é positiva, quer pelos moradores das comunidades estudadas quer pelos financiadores dos projectos.

Apesar dos recuos e avanços típicos destes processos de desenvolvimento, as comunidades sentiram as mudanças incutidas e as melhorias da qualidade de vida do local, ao ponto de os moradores desejarem a continuidade da incubadora por mais tempo.

Na nossa opinião, verificam-se muitas mudanças estruturais portadoras de impacto e oportunidades locais, apesar do tempo reduzido de actuação, dos muitos obstáculos contextuais e dos escassos recursos existentes. Em síntese constatou-se nas comunidades a existência de: i. Apropriação e re-produção de saberes e de tecnologia social pelos moradores; ii. Incremento de parcerias locais, sinergias e de captação de recursos; iii.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



Capacitação e emancipação e surgimento de novas lideranças na comunidade; iv. Promoção de oportunidades e aumento do sentimento de pertença local,

O que nos leva a reforçar a ideia de que a médio-longo prazo (quando se proceder à "desincubação" da rede) as finalidades de DL têm fortes possibilidades de se concretizar.

Destacamos ainda que derivado da avaliação positiva feita por alguns municípios (prefeituras) onde decorrem os projectos, existe no horizonte de curto-médio prazo, a possibilidade da ITES / UFBA alargar a sua actuação, de "incubação territorial" para uma "incubação municipal" contribuindo assim efectivamente para a construção de novas estratégias e formulação de políticas públicas de Desenvolvimento Local.

7. Considerações finais

De acordo com o Orozco (2010) para a Universidade ser relevante e pertinente, deve-se assumir como uma instituição estratégica não substituindo os governos mas contribuindo para o fomento da democracia e do aumento da participação da sociedade civil e gerando programas e políticas públicas de investimento em ciência e tecnologia propondo modelos alternativos de desenvolvimento.

Este é o caso da ITES como tentámos demonstrar, pois a incubadora universitária da UFBA, apresenta contributos importantes para se pensar e reforçar o cooperativismo e o associativismo popular, a criação de emprego local e por fim, o Desenvolvimento Local.

A incubação de empreendimentos populares é uma forma de extensão universitária como uma via para a consertação e a articulação de diferentes sujeitos e actores intra e inter-sectoriais para a promoção do DL de comunidades desfavorecidas. Muitas vezes estas comunidades sabem o que precisam mas não sabem como pôr em prática de uma forma estruturada e organizada, sendo neste aspecto que consiste o apoio e assessoria da ITES ao consolidar e estruturar as ideias, saberes e estratégias locais já existentes e a potenciar os recursos e capacidades endógenas.

As incubadoras universitárias e a tecnologia social que disponibilizam à sociedade são um exemplo concreto da capacidade transformadora de uma Universidade comprometida socialmente e empenhada no fortalecimento e sustentabilidade de organizações que actuam no campo da Economia Solidária e da sociedade em geral.

O caso ITES /UFBA mostra-nos que a articulação entre ensino – investigação – extensão, tanto as funções de investigação como as ensino podem estar orientadas para a resolução de problemáticas sociais, produtivas, de empregabilidade e de desenvolvimento.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



No processo de construção das redes locais de Economia Solidária estão envolvidos os moradores das comunidades incubadas, sendo eles os principais protagonistas na gestão, organização, implementação dos empreendimentos que integram a rede local.

Como exemplos da produção, transferência e aplicação de tecnologia social (criada, apropriada e recriada em via de mão dupla por actores sociais e universitários) temos o banco comunitário e o fórum de desenvolvimento comunitário como os mais visíveis.

Para efectivar a relação Ciência, Tecnologia, Sociedade e Inovação (CTS+I) é recomendável que a Universidade introduza nos seus currículos de graduação, pós-graduação e mestrado temáticas como o cooperativismo, gestão social, a auto-gestão, a economia social e solidária, etc., bem como, crie condições para difundir (transferir e aplicar) a tecnologia social produzida nas actividades de extensão universitária, especialmente aquelas que assentam em práticas sociais e académicas com recurso a metodologias participativas, reflectivas, críticas e emancipatórias.

Neste artigo, ilustrámos a importância da incubação universitária de empreendimentos populares, destacando-se a especificidade da ITES / UFBA por ter como propósito o Desenvolvimento Local. Actuando em outras áreas distintas do DL, temos assistido à expansão de incubadoras universitárias um pouco por todo o Brasil e em outros países Ibero-Americanos. Neste âmbito, é de salutar os avanços de algumas universidades portuguesas, pois em 2010 constituiu-se a primeira incubadora universitária portuguesa, a ISFEUC – Incubadora Social da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra – que direcciona a sua actuação para organizações do 3º Sector, assim como a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, está neste momento a desenvolver esforços para a criação da sua incubadora universitária de empreendimentos populares.

Referências Bibliográficas

- Amaro, Rogério (2009), “Desenvolvimento Local”, em Cattani, António, *et al* (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, CES, Almedina, pp. 108-113
- Coelho, Hugo P. (2010), “*Para uma Universidade Socialmente Responsável. A Extensão Universitária como motor de Desenvolvimento Local. Estudo Exploratório da ITES – UFBA*”, dissertação de mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, Lisboa, ISCTE-IUL
- Dagnino R. et al (2004), “Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social”, em *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*, Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, pp. 15-64
- França Filho, Genauto (2007), “Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação”, *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, VII (1), pp. 155-174



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



- França Filho, Genauto (2008), "A Via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento Local", *Organizações & Sociedade*, XV (45), pp. 219-232
- _____; Cunha, Eduardo (2009), "Incubação de Redes Locais de Economia Solidária: Lições e Aprendizados a Partir da Experiência do Projeto Eco-Luzia e da Metodologia da ITES/UFBA", *Organizações & Sociedade*, XVI (51), pp. 725-747.
- _____; Laville, Jean-Louis (2004), *Economia solidária: uma abordagem internacional*, Porto Alegre, UFRGS.
- Freire, Paulo (1973), *Extensão ou Comunicação?*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Jezine, Edineide (2004), "As práticas curriculares e a extensão universitária", em *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*, 12 a 15 de Setembro de 2004, Belo Horizonte, s.n.
- Lassance Jr., Antônio, Juçara Pedreira (2004), "Tecnologias sociais e políticas públicas", em *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*, Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, pp. 65-81
- Laville, Jean-Louis, et al (2004) (orgs.), *Economía Social y solidaria*, Buenos Aires, Fundación OSDE, Editorial Altamira.
- Laville, Jean-Louis; Gaiger, Luiz (2009), "Economia Solidária", em Cattani, Antônio, et al (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, CES, Almedina, pp. 162-168.
- Moura, Suzana; Meira, Ludmila (s.a.), "Desafios da Gestão de Empreendimentos Solidários", EAUFBA / NEPOL, Bahia, s.n.
- Novaes, Henrique Tahan, (s.a.), "Uma outra Universidade é possível e necessária", Unicamp, Brasil, disponível em: [www.riless.org/biblioteca_desarrollo.shtml?cmd\[223\]=x-223-8eba9f95f62ecc0d41e52cdf979c1b2d](http://www.riless.org/biblioteca_desarrollo.shtml?cmd[223]=x-223-8eba9f95f62ecc0d41e52cdf979c1b2d)
- Orozco Silva, Luis Enrique (2010), "Calidad académica y relevancia social de la educación superior en América Latina", em *Revista Iberoamericana de Educación Superior (RIES)*, México, IISUE-UNAM/Universia, I (1), disponível em: http://ries.universia.net.mx/index.php/ries/article/view/22/calidad_academica, [a 5.3.2011].
- Passos, Ósia D. (2007), *Estudo Exploratório em Bancos Comunitários: conceitos, características e sustentabilidade*, dissertação de mestrado em Administração, Salvador, Universidade Federal da Bahia.
- PRONINC (2007), *Diagnóstico e Impactes do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares*, Rio, FASE.
- Santos, B. Sousa (1994), "Da ideia de universidade à universidade de ideias", em *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 163-201
- _____. (2008), "A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade", em B. S. Santos e N. Almeida Filho, *A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova*, Coimbra, CES, Almedina.
- Thiollent, Michel (2002), "Construção do conhecimento e metodologia da extensão", comunicação apresentada no I CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária realizado em João Pessoa, Brasil, em 10 de Novembro 2002.